



## Interpelação escrita

A Administração tem vindo sempre a frisar que a principal característica do novo modelo de funcionamento dos autocarros é a de o Governo poder intervir na forma como os seus serviços são prestados, no sentido de exercer uma melhor supervisão e uma monitorização mais eficaz, através do Centro de Controlo de Trânsito, da qualidade dos serviços prestados. Contudo, o que se pode constatar, após mais de 3 anos de funcionamento, é a degradação contínua da qualidade dos serviços, especialmente em termos de frequência das carreiras; a insatisfação cada vez mais acentuada do público, face à confusão registada; a chuva de queixas das empresas exploradoras dos serviços de autocarros de que nada podem fazer, perante o papel interventor do Governo, para ajustar, com flexibilidade, a frequência das carreiras face às necessidades reais; e o Governo a enfrentar as críticas de não ter desempenhado com competência o seu papel interventor e exercido eficazmente a fiscalização. Tudo isto levou o modelo a uma situação perdulária para as três partes – público, empresas exploradoras e Governo, devendo este último revê-lo de forma global e encontrar, quanto antes, soluções.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Após mais de 3 anos de funcionamento do novo modelo, perante o papel interventor do Governo, não se registou uma melhoria na qualidade



dos serviços prestados, mas, antes, surgiram conflitos constantes, tais como: a concorrência entre as três empresas para conseguirem motoristas, o ajustamento desigual das tarifas atribuídas às mesmas, a falência de uma destas empresas e as infracções verificadas no contrato de concessão, etc. Tudo isto foi alvo de críticas da sociedade. Perante essas questões, vai o Governo rever de forma global o referido modelo? Sabe qual é a questão real? Será que o Governo não tem desempenhado com competência o seu papel interventor? Ou será que este modelo não se adapta ao mercado?

2. O Governo está a negociar com as restantes duas empresas dos autocarros a alteração dos contratos celebrados inicialmente. Qual é o ponto da situação? Pode o Governo aproveitar esta ocasião da alteração das cláusulas contratuais para acabar com as infracções e resolver radicalmente os problemas verificados nos serviços de autocarros? Perante o papel interventor do Governo, a limitação do poder na mobilização com flexibilidade da frequência das carreiras não permite a descentralização dos passageiros face às necessidades reais. O Governo já negociou com as empresas exploradoras dos serviços de autocarros para encontrar, em conjunto, soluções viáveis?

3. O Governo referiu estar a discutir com algumas empresas concessionárias do jogo a possibilidade de estas disponibilizarem autocarros para transporte dos seus próprios trabalhadores importados.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

*Tradução*

Acredito que a intenção por detrás desta solução é boa para atenuar a pressão sobre os autocarros, mas o Governo procedeu a uma avaliação sobre os efeitos desta solução para evitar a sua ineficácia? Com esta solução vai surgir uma concorrência ainda maior entre as empresas para conseguirem motoristas, bem como um agravamento da pressão a nível de trânsito, o que vai afectar ainda mais os serviços de autocarros. Com vista a atenuar esta pressão, vai o Governo traçar de forma razoável os itinerários?

9 de Dezembro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Chan Meng Kam